



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Controle Processual

Termo de AJUSTAMENTO DE CONDUTAS - TAC - SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2022.

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O EMPREENDEDOR
SFLEURS GLOBAL MINERAÇÃO LTDA E A
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO
AMBIENTE CENTRAL METROPOLITANA
(SUPRAM-CM) PARA ADEQUAÇÃO DE
EMPREENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
AMBIENTAL.**

Pelo presente instrumento, **FLEURS GLOBAL MINERAÇÃO LTDA.**, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, representada por seus procuradores conforme procuração, firma o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC perante a **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE CENTRAL METROPOLITANA (SUPRAM CM)**, doravante denominado **COMPROMITENTE**, representada por seu Superintendente, ambos (as) as partes qualificados(as) conforme o Anexo deste termo, com fulcro nos arts. 32, §1º e 108, §3º do Decreto Estadual nº 47.383, de 2 de março de 2018, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), os dados pessoais das partes e de seus representantes estão indisponíveis publicamente sendo que as informações necessárias à validade do presente instrumento encontram-se no Anexo devidamente protegidas conforme legislação;

CONSIDERANDO que todos têm direito a um ambiente livre de qualquer forma de poluição, nos termos do art. 225, caput, da Constituição Federal – todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, compreendido estes, consoante o art. 3º, da Lei Federal nº 6.938/81, como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”;

CONSIDERANDO o dever das autoridades ambientais devidamente constituídas de coibir atos lesivos ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que no Estado de Minas Gerais as atividades e empreendimentos modificadores do meio ambiente estão sujeitos à regularização ambiental de suas práticas, em conformidade com o porte e o potencial poluidor, subordinando a instalação e operação dos mesmos à obtenção de autorizações ou de licença ambiental, nos moldes disciplinados pela Lei 21.972, de 21 de janeiro de 2016; pelo Decreto 47.383, de 02 de março de 2018, e pela Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que todas as estruturas necessárias à operação do empreendimento já se encontram implantadas, sem a necessidade de novas intervenções;

CONSIDERANDO que o empreendimento da COMPROMISSÁRIA possui controles ambientais/operacionais que, associados aos controles exigidos neste Termo, os quais, neste momento, viabilizam a sua operação;

CONSIDERANDO a redação do art. 32, §1º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, a qual dispõe que “a continuidade de operação da atividade ou do empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo dependerá da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - junto ao órgão ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento”;

CONSIDERANDO que incumbe à COMPROMISSÁRIA a comprovação da obediência às cláusulas, condições e prazos ajustados no presente instrumento, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis;

CONSIDERANDO as orientações institucionais veiculadas por meio dos processos SEI 2100.01.0065464/2020-21 e SEI 1080.01.0084903/2020-54, especialmente, a NOTA TECNICA Nº 04/SEMAD/SURAM/2021;

CONSIDERANDO que a COMPROMISSÁRIA solicitou a assinatura do TAC, com as justificativas e motivações, conforme documento SEI nº (41853893);

CONSIDERANDO que, supostamente, houve descumprimento das Condicionantes 01 e 17 do Termo de Ajustamento de Conduta anteriormente assinado, além de supressão de vegetação nativa sem prévia autorização;

CONSIDERANDO que após fiscalização realizada pela Dfisc/CM em 11/02/2022, conforme Relatório Técnico RTV DFISC-CM: 020/2022, concluindo que não houve intervenções ambientais na área objeto do TAC anteriormente celebrado durante sua vigência;

CONSIDERANDO que em 07/02/2022 foi protocolado mediante documento SEI (41853419) OF. 03/2022 em resposta as alegações de descumprimento das Condicionantes 01 e 17, o qual está sob avaliação pela Supram CM, ainda pendente de análise;

CONSIDERANDO que, ainda que seja confirmado o descumprimento das condicionantes 01 e 17 do TAC anteriormente celebrado, tal fato não implica em prejuízo ambiental, em decorrência do objeto da condicionante 01 estar superado pela formalização de novo processo administrativo de licenciamento ambiental SLA 284/2022 e a condicionante 17 pode ser ajustada no período de vigência deste TAC.

CONSIDERANDO o Despacho nº 215 da Diretoria Regional de Regularização Ambiental (42441720) elaborado após vistoria realizada no empreendimento no dia 11/02/2022, referenciando o Auto de Fiscalização nº 219301/2022 (42432079);

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 284/2022, formalizado em 19/01/2022;

CONSIDERANDO que as informações prestadas pelo empreendedor no processo SEI nº 1370.01.0038821/2020-94, através dos documentos (42453811), (42453812), (42453813), (42453814), (42453815, e (42453817);

CONSIDERANDO que em vistoria técnica em 11/02/2022 ao empreendimento constatou-se a necessidade de manutenções das medidas de controle ambiental, para mitigar os impactos ambientais inerentes as atividades exercidas;

CONSIDERANDO que as manutenções deverão ser realizadas e comprovadas junto ao Órgão Ambiental conforme condicionantes deste Termo de Ajustamento de Conduta TAC;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, de acordo com as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DE COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e prazos para adequação do empreendimento **FLEURS GLOBAL MINERAÇÃO LTDA** à legislação ambiental, incluídas a devida regularização ambiental, a execução do controle de suas fontes de poluição e a reparação dos danos eventualmente causados, para continuidade de sua (instalação/operação), conforme CLÁUSULA SEGUNDA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto deste TAC compreende as seguintes atividades e seus respectivos parâmetros:

- A-05-01-0 Unidade de tratamento de minerais - UTM com tratamento a seco - 1.300.000 t/ano;
- A-05-02-0 Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido - 2.500.000 t/ano;
- A-05-04-7 Pilhas de rejeito / estéril - Minério de ferro - 4,84 ha.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O presente instrumento não antecipa ou afasta a necessidade de obtenção de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, marcadamente, licença ambiental, autorização para intervenção ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos, que, por ventura, façam-se exigíveis, e que deverão ser tratadas exclusivamente no âmbito do procedimento administrativo cabível e autorizadas por decisão do órgão competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O presente instrumento autoriza a operação do empreendimento até a decisão do órgão ambiental quanto ao requerimento de concessão da licença ambiental e intervenções e outorgas vinculadas, conforme processo administrativo SLA 284/2022 ou até o fim do prazo de validade do TAC fixado na CLÁUSULA NONA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELA COMPROMISSÁRIA

Pelo presente termo, o(a) COMPROMISSÁRIO(A) obriga-se a cumprir as condições e medidas abaixo descritas, observando rigorosamente seus respectivos prazos.

Item	Condicionante	Prazo
1	Apresentar e executar Plano de Prevenção e Combate à Incêndios Florestais. A execução deverá ser realizada durante a validade do TAC, conforme proposto e segundo às especificações de cada época do ano.	90 dias [1]
2	Apresentar arquivos kml referente às drenagens (perenes, intermitentes e efêmeras) e a delimitação das respectivas APPs).	30 dias [1]
3	Apresentar arquivo KML corrigido da PDE contemplando a base da pilha, acrescida das áreas destinadas aos respectivos sistemas de controle ambiental e de drenagem pluvial, conforme a DN N.º 217/2017.	30 dias [1]
4	Apresentar Declaração de Movimentação de Resíduo - DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante a vigência do TAC, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa (DN) N.º 232/2019. Os resíduos não contemplados por esta DN deverão ser destinados à empresas regularizadas ambientalmente, devendo o empreendedor comprovar esta destinação	Semestralmente [1]
5	Apresentar declaração, por parte de profissional habilitado vinculado de acordo com as normas de seu respectivo conselho de classe acompanhado da anotação de responsabilidade técnica, que constate a ausência de impactos nos bens referido no art. 27º da Lei N.º 21972/2016, ou ainda, manifestação dos órgãos intervenientes quanto e eventuais impactos causados pelo empreendimento.	30 dias [1]
6	Apresentar relatório técnico, elaborado por profissional habilitado acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), para avaliação do sistema de tratamento de efluente sanitário com lançamento em sumidouro. O relatório deverá: (i) verificar o correto dimensionamento do sistema fossa séptica, filtro anaeróbio (caso haja) e vala sumidouro, conforme ABNT/NBR pertinentes; (ii) garantir de que o sistema atende esgotamento (efluentes) de natureza sanitária, sem aporte de caixa SAO ou efluentes industriais; e (iii) avaliar a impossibilidade de lançamento em cursos d'água ou rede pública de coleta de esgoto.	60 dias [1]
7	Garantir que os veículos que trafeguem com carga de minério, na(s) via(s) de escoamento, estejam cobertos (lonados), para evitar dispersão de material particulado.	Durante a vigência do TAC
8	Realizar a umectação das vias internas, vias de acesso imediatas, pátios do empreendimento, com destaque para	Mensalmente

9	a UTM a seco. Comprovar por meio de relatório técnico fotográfico.	[1]
9	Apresentar relatório técnico-fotográfico acerca da manutenção das placas de sinalização e alerta na via de escoamento, com destaque para a comunidade do entorno (propriedades rurais e residências).	Trimestralmente [1]
10	Captar até 16 litros/s de água superficial no córrego Cubango, no ponto compreendido pelas coordenadas geográficas latitude 19°55'41,53"S - longitude 43°50'29,34"W, para fins de consumo industrial, com tempo de captação de 24 horas por dia, realizando os monitoramentos conforme previsto na Portaria IGAM N°48.	Durante a vigência do TAC
11	Apresentar Cadastro Ambiental Rural - CAR retificado, contemplando as áreas de Reserva Legal para os imóveis que compõem o empreendimento.	180 dias [1]

[1] Para fins e cumprimento dos prazos, deverá ser considerado a data de assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Além dos itens supracitados, deve a COMPROMISSÁRIA realizar monitoramento da qualidade da água, de ruídos e do ar, conforme estabelecido a seguir:

1. Qualidade da água.

Ponto 01: córrego Cubango (a montante do empreendimento)

Ponto 02: córrego Cubando (jusante do empreendimento)

Ponto 03: córrego Fergoso (montante do empreendimento)

Ponto 04: córrego Fergoso (jusante do empreendimento)

Ponto 05: córrego Fundo (montante do empreendimento)

Ponto 06: córrego Fundo (jusante do empreendimento)

Parâmetros: surfactantes aniônicos, cor verdadeira, DBO, DQO, fósforo, nitrato, óleos e graxas totais, oxigênio dissolvido, pH, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, sólidos totais, temperatura, turbidez, escherichia coli, coliformes termotolerantes, vazão.

Prazo: amostragem - trimestralmente.

Apresentação do relatório: semestral.

2. Efluentes oleosos.

Ponto 01: entrada da CSAO 02 - galpão

Ponto 02: saída da CSAO 02 - galpão

Ponto 03: entrada da CSAO - almoxarifado

Ponto 04: saída da CSAO - almoxarifado

Ponto 05: entrada da CSAO - galpão da oficina

Ponto 06: saída da CSAO - galpão da oficina

Observação: devem ser monitoradas todas as caixas separadoras de água e óleo do empreendimento.

Parâmetros: óleos minerais.

Prazo: amostragem - trimestralmente.

Apresentação do relatório: semestral.

Relatórios: Enviar semestralmente a Supram CM, até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas acompanhados de relatório conclusivo. Para as amostragens feitas no corpo receptor (curso d'água), apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas análises.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

3. Ruídos.

Ponto 01: lat. -19°55'53,088"S - long. -43°50'21,798"W

Ponto 02: lat. -19°55'44,61"S - long. -43°50'7,542"W

Ponto 03: lat. -19°55'39,852"S - long. -43°50'33,768"W

Ponto 04: lat. -19°55'27,624"S - long. -43°50'19,71"W

Parâmetros: nível de ruídos, aferidos em decibéis.

Prazo: amostragem - trimestralmente.

Apresentação do relatório: semestral.

Enviar semestralmente à SUPRAM Central Metropolitana relatório contendo os resultados das medições efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como os certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Apresentar relatório conclusivo acerca dos resultados com assinatura e ART. Deverão também ser informados os dados operacionais.

Apresentar laudo de avaliação dos ruídos gerados no empreendimento conforme estabelecido pela Resolução Conama nº 01/1990 que remete a ABNT/NBR 10.151/1990.

O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do

responsável técnico pelas análises, acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART.

4. **Qualidade do ar.**

Ponto 01: Fazendinha - lat. -19°55'42,814"S - long. -43°50'5,481"W

Ponto 02: Campinho - lat. -19°55'34,597"S - long. -43°50'32,265"W

Ponto 03: lat. -19°55'39,60"S - long. -43°50'34,12"W

Parâmetros: Partículas totais em suspensão e partículas inaláveis.

Prazo: amostragem - trimestralmente.

Apresentação do relatório: semestral.

Enviar semestralmente à SUPRAM Central Metropolitana relatório contendo os resultados das medições efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como os certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens.

Apresentar relatório conclusivo acerca dos resultados com assinatura e ART. Deverão também ser informados os dados operacionais.

Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM N.º 187/2013 e na Resolução CONAMA N.º 382/2006.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Incumbe à COMPROMISSÁRIA apresentar relatórios que comprovem a execução de todas as condicionantes, nos prazos estabelecidos, devidamente acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

PARÁGRAFO TERCEIRO: a COMPROMISSÁRIA deverá comunicar à COMPROMITENTE, 30 (trinta) dias antes do vencimento de qualquer prazo, a impossibilidade de cumprimento de obrigações assumidas, apresentando requerimento de alteração de prazo ou de conteúdo, instruído com justificativa devidamente comprovada, informando nova data, se for o caso, para execução, sob pena de ser constituído(a) em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: As alterações de conteúdo aceitas pela COMPROMITENTE se efetivarão após a emissão de Nota Técnica sucinta e Ofício de informação à COMPROMISSÁRIA.

PARÁGRAFO QUINTO: As alterações de prazo aceitas pela COMPROMITENTE serão comunicadas à COMPROMISSÁRIA mediante ofício.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E

DO MONITORAMENTO

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da COMPROMITENTE ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face ao(à) COMPROMISSÁRIO(A), nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial, a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso julgue necessário, a COMPROMITENTE realizará vistorias na área do empreendimento objeto deste Termo, objetivando verificar o cumprimento das condições e medidas ajustadas na CLÁUSULA SEGUNDA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O descumprimento total ou parcial do compromisso assumido implicará na rescisão do presente TAC e sujeitará o(a) COMPROMISSÁRIO(A), ressalvados os casos previstos na CLÁUSULA SEXTA, ao que segue:

1. (Suspensão/Embargo) total e imediata(o) das atividades;
2. Multa de R\$ 4.500 Ufemgs por obrigação descumprida (CLÁUSULA SEGUNDA);
3. Adoção imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, o Decreto Estadual nº (47.383, de 02 de março de 2018/47.838, de 09 de janeiro de 2020);
4. Encaminhamento imediato de cópia do processo administrativo que contém o TAC à Advocacia Geral do Estado para execução.

CLÁUSULA QUINTA - DA EFICÁCIA DO INSTRUMENTO

O presente instrumento produz efeitos a partir de sua celebração, tendo eficácia de título executivo extrajudicial, consoante o disposto no art. 5º, §6º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e no art. 784, II, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

PARÁGRAFO ÚNICO - Este termo é celebrado no uso do dever-poder discricionário da Administração Pública e, portanto, segue critérios de conveniência e oportunidade avaliados quando de sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo outros que ensejem nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado, com comunicação à COMPROMISSÁRIA

CLÁUSULA SEXTA - DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXCLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO

A eventual inobservância pela COMPROMISSÁRIA de quaisquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente Termo, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393, do Código Civil Brasileiro, não configurará o seu descumprimento, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à (SUPRAM CM), que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), mediante ofício encaminhado à COMPROMISSÁRIA.

PARÁGRAFO ÚNICO - O encerramento definitivo das atividades da COMPROMISSÁRIA, por si só, não autoriza o inadimplemento das medidas ajustadas no presente termo, devendo ser analisado pela COMPROMITENTE o cumprimento das medidas acordadas para equacionamento do passivo ambiental gerado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO

A assinatura do presente TAC obriga o cumprimento, em todos os termos e condições, à COMPROMISSÁRIA e seus eventuais sucessores, a qualquer título, responsáveis pelo empreendimento ou atividade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO SIGNATÁRIO

O gestor signatário do instrumento é responsável por sua conformidade com a legislação, sendo que, caso se verifique irregularidades, o TAC poderá ser declarado nulo, com responsabilização do agente envolvido.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 24 (vinte e quatro meses), a contar de sua celebração, com a possibilidade de prorrogação justificada por mais 12 meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O requerimento para prorrogação do TAC deverá ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do seu vencimento e não importa na sua aprovação automática. A prorrogação do TAC só se efetivará após a assinatura de termo aditivo pelas partes, permanecendo válido até manifestação da COMPROMITENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A concessão da Licença Corretiva torna sem efeitos as obrigações ainda vigentes constantes da CLÁUSULA SEGUNDA deste TAC, desde que contempladas no processo de regularização ambiental.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, para dirimir as questões decorrentes do presente TAC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim por estarem devidamente acordadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, passando todos os documentos referidos no presente termo, inclusive os atos constitutivos pertinentes, a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos nele estivessem.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2022.

Pela COMPROMITENTE:

Superintendente da SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA

Pela COMPROMISSÁRIA:



Documento assinado eletronicamente por **JAIME EDUARDO FONSECA, Usuário Externo**, em 23/02/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Baliani da Silva, Superintendente**, em 23/02/2022, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42726318** e o código CRC **BD24BF4A**.

MINAS GERAIS

Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Angelândia/MG, PA nº 759/2022; 2) Cerâmica Três Vales LTDA, Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Veredinha/MG, PA nº 766/2022. 3) Auto Posto Alvorada LTDA, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Alvorada de Minas/MG, PA nº 730/2022; 4) José Carlos Ladeia, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Joaíma/MG, PA nº 832/2022; 5) André Luiz Coelho Merlo, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime de confinamento e Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Medina/MG, PA nº 811/2022; 6) Usina Energia Fotovoltaica Jequitinhonha LTDA, Usina solar fotovoltaica, Jequitinhonha/MG, PA nº 869/2022.

(a) Cândida Cristina Barroso de Vilhena. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

23 1598348 - 1

O Diretor Regional de Administração e Finanças da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas, designado para responder pela Supram NM, no período de 14/02/2022 a 25/02/2022, conforme ato publicado em 10/02/2022, torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado: 1) ICIL Indústria e Comércio Itacarambi S.A / Fazenda ICIL, Cultivos agroflorestais com espécies florestais nativas diversificada, cultivos agroflorestais com espécies florestais exóticas, formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, culturas anuais, excluindo a olericultura, culturas perenes e cultivos classificados no programa de produção integrada conforme normas no Ministério da Agricultura, exceto cafeicultura e citricultura, criação de eqüinos, muare, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (confinados), criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo), desdobramento da madeira e armazenagem de grãos ou sementes não-associada a outras atividades listadas, Itacarambi/MG, PA/nº 00076/2006/002/2013, Classe 4. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura: 22/02/2022.

(a) Hugo Leonardo Andrade Coutinho. Diretor Regional de Administração e Finanças da Supram Norte de Minas.

23 1598317 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: - Licença Ambiental Simplificada na modalidade Las Ras: 1) Município de Senhora de Oliveira - Senhora de Oliveira Prefeitura - Prefeitura Municipal Senhora de Oliveira - ETE, Estação de tratamento de esgoto sanitário; Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto, Senhora de Oliveira/MG, PA nº 846/2022, Classe 2. 2) JB Areia Ltda, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Caiama/MG, PA nº 5321/2021, Classe 2.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

23 1598296 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que foram apresentados recursos administrativos em face do arquivamento da regularização abaixo identificada, sendo que “Não conheço do recurso” por não preencher todos os requisitos estabelecidos pelos artigos 45 e 46 do Decreto nº47.383/2018.

1) Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF: * Cia Tecidos Santansen/ Usina Carioca - Barragem de geração de energia hidrelétrica, Linhas de transmissão de energia elétrica e Subestação de energia elétrica – Pará de Minas/MG - PA n. 00678/2009/001/2009.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

LAS RAS: 1) Companhia Siderúrgica do Espírito Santo S.A., Produção de tubos de ferro e aço e/ou de laminados e trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial,Itaúna/MG, Processo nº 863/2022, Classe 3. 2) Município de Cláudio/Aterro sanitário, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos e Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP, Cláudio/MG, Processo nº 865/2022, Classe 3.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

LAS/RAS: 1) Município de Igaratinga/ETE - Residencial Serra da Contenda, Estação de tratamento de esgoto sanitário e interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto Igaratinga/MG, Processo nº 4388/2021, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 22/02/2032. 2) Empreser Empresa de Prestação de Serviços Ltda., Britamento de pedras para construção e Extração de rocha para produção de britas, Bom Despacho/MG, Processo nº 6280/2021, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 28/06/2028.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

LAS - RAS: 1)J A Extração de Areia e Argila, Serralheria, Serviços de Terraplenagem e Transporte Ltda. ME, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Igaratinga/MG, Processo nº 5429/2021, ANM 834116/2011, Classe 3. Motivo: Impossibilidade jurídica.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Cerâmica Tropicaliente Ltda., Fabricação de cerâmica vermelha (telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido), inclusive com utilização de até 10% dos resíduos “pó de balão” ou “lama de alto-forno” à base seca, em substituição de percentual equivalente na carga de argila, Igaratinga - MG, Processo nº 870/2022, com validade até 22/02/2032. 2) Cerâmica AN Ltda., Fabricação de cerâmica vermelha (telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido), inclusive com utilização de até 10% dos resíduos “pó de balão” ou “lama de alto-forno” à base seca, em substituição de percentual equivalente na carga de argila, Igaratinga - MG, Processo nº 877/2022, com validade até 23/02/2032.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

23 1598280 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Fleurs Global Mineração Ltda., unidade de tratamento de minerais – UTM com tratamento a seco; unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a úmido; pilhas de rejeito/estéril – minério de ferro, ANM/Nº 832.156/2005, Raposos/MG, Processo nº SEI 1370.01.0038821-2020-94, Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 23/02/2022.

(a) Fernando Baliani da Silva - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 14/02/2022 a 28/02/2022.

23 1598342 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições, designa PALOMA HELOISA ROCHA, MASP 1459831-2, titular do cargo de provimento em comissão DAI-16 FL.1100065, para responder pela Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha do(a) Instituto Estadual de Florestas, no período de 19/02/2022 a 14/04/2022.

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições, designa LUIZ GUSTAVO CRUZ DOS REIS PINTO, MASP 1489468-7, titular do cargo de provimento em comissão DAI-8 FL.1100136, para responder pela Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul do(a) Instituto Estadual de Florestas, no período de 03/03/2022 a 16/03/2022.

23 1598219 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, Urga do Noroeste de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

CANCELAMENTO: Cancela-se o arquivamento publicado dia 14/10/2021. Processo: nº 51292/2021. Requerente: Palestina Agronegocios Ltda e Outro. CNPJ: 29.68*****. Curso d’água: Córrego Rico. Motivo: Considerando que o mencionado princípio de autotutela encontra-se previsto expressamente no art. 64, da Lei Estadual nº 14.184/2002. Município: Paracatu. MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa, NOROESTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Unai, 23 de fevereiro de 2022.

23 1597993 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Noroeste de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no Decreto Estadual 47.383 de 02 de março de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação: a portaria nº. 01606 publicada dia 25/05/2017. Onde se lê: Outorgada: Alzira Pires de Magalhães. CPF: 862.04*.*.*.*. Vazão Autorizada (l/s): 50,0. Finalidade: Com o tempo de captação de 20:00 horas/dia nos meses de janeiro, fevereiro, março, novembro e dezembro, 15:00 horas/dia no mês de abril, 14:00 horas/dia no mês de maio, 09:00 horas/dia no mês de outubro sendo 06 dias nos meses de janeiro e outubro, 04 dias nos meses de fevereiro e novembro, 05 dias no mês de março, 17 dias no mês de abril, 10 dias no mês de maio, 02 dias no mês de dezembro e volumes máximos mensais de 43600 m³ no mês de janeiro, 28800 m³ nos meses de fevereiro e novembro, 36000 m³ no mês de março, 91800 m³ no mês de abril, 50400 m³ no mês de maio, 19440 m³ no mês de outubro, 14400 m³ no mês de dezembro. Leia-se: Outorgados: Alzira Pires de Magalhães, Dione Silva de Magalhães Ribeiro, Fernanda Aparecida de Magalhães, Alessandra Cristina de Magalhães, Paulo Frank de Magalhães e Shirley Iris de Magalhães. CPF’s: 862.04*.*.*.*. 028.27*.*.*.*. 064.33*.*.*.*. 059.80*.*.*.*. 015.26*.*.*.*. 002.45*.*.*.*. e Paulo Yosiaki Hashimoto, CPF: 116.0*.*.*.*. Vazão Autorizada (l/s): 100,0. Finalidade: Com o tempo de captação de 20:00 horas/dia nos meses de janeiro, fevereiro, março, novembro e dezembro, 15:00 horas/dia no mês de abril, 14:00 horas/dia no mês de maio, 09:00 horas/dia no mês de outubro sendo 06 dias nos meses de janeiro e outubro, 04 dias nos meses de fevereiro e novembro, 05 dias no mês de março, 17 dias no mês de abril, 10 dias no mês de maio, 02 dias no mês de dezembro e volumes máximos mensais de 43200 m³ no mês de janeiro, 28800 m³ nos meses de fevereiro e novembro, 36000 m³ no mês de março, 91800 m³ no mês de abril, 50400 m³ no mês de maio, 25920 m³ no mês de outubro, 14400 m³ no mês de dezembro. Município: Unai- MG. Retifica-se a portaria nº. 02707 publicada dia 20/06/2018. Onde se lê: Outorgados: Artur Camilotti Filho e Sonia Cristina de Campos Camilotti. CPF’s: 002.21*.*.*.* e 034.71*.*.*.*. Empreendimento: Fazenda Santa Luiza. Leia-se: Outorgados: José Claudio Furlan, Francisco Antônio Ambrozeto Furlan, Cláudio Ambrozeto Furlan, Furlan Agrícola Ltda. CPF’s: 451.58*.*.*.*. 087.67*.*.*.*. 321.68*.*.*.*. CNPJ: 18.774.***/*.*.*.*. Empreendimento: Fazenda Valiosa, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Santa Luiza e Santo Onofre. Município: Brasília de Minas - MG Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na SUPRAM NOROESTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 23 de Fevereiro de 2022.

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga, da Central Metropolitana, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Arquivamentos: Arquiva-se o processo nº 07120 de 20/03/2016. Requerente: Adão Luciano Ferreira de Andrade. CPF: 055.***.*.*. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: o exposto no § 3º do Art. 24 do decreto 47.705 de 2019. Considerando o exposto no § 3º do Art. 24 do decreto 47.705 de 4 de setembro de 2019. Município: Mateus Leme - MG. Arquiva-se o processo nº 18099 de 14/06/2017. Requerente: Nelson Marques Batista. CPF-097.***.*.*. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando art. 24, do Decreto nº 47.705/2019 de 4 setembro de 2019. Município: Santo Hipólito - MG.

Arquiva-se o processo nº 00845 de 02/02/2018. Requerente: Joel Rezende Junior & Advogados Associados. CNPJ: 09.368.363/0001-59. Curso d’água: Sem Denominação Motivo: Considerando art. 24, do Decreto nº 47.705, de 4 de setembro de 2019. Município: Curvelo - MG.

Arquiva-se o processo nº 22896 de 18/09/2014. Requerente: Universidade Federal de Viçosa. CNPJ: 25.944.455/0003-58. Curso d’água: Sem Denominação Motivo: Considerando art. 24, do Decreto nº 47.705 de 4 setembro de 2019. Município: Florestal - MG.

Arquiva-se o processo nº 44207 de 18/07/2019. Requerente: Laticínios Lara Ltda – ME. CNPJ: 04.482.400/0001-31. Curso d’água: Poço Tubular Motivo: Considerando art. 24, do Decreto nº 47.705 de 4 setembro de 2019. Município: Conselheiro Lafaiete - MG.

Arquiva-se o processo nº 33663 de 22/12/2014. Requerente: Associação do Meio Ambiente da Mata do Engenho. CNPJ: 03.229.303/0001-79. Curso d’água: Poço Tubular Motivo: Considerando o exposto no § 3º art. 24, do Decreto nº 47.705 de 4 setembro de 2019. Município: Conselheiro Lafaiete - MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa CENTRAL METROPOLITANA. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 23 de Fevereiro de 2022.

23 1598110 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Noroeste de Minas, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: *Processo nº 43469/2021, Usuário: Matheus Henrique De Andrade Costa, Juatuba, Deferido com condicionantes, Portaria nº1701273/2022. *Processo nº 43837/2021, Usuário: Hudson Rodarte Felix de Oliveira, Esmeraldas, Deferido com condicionantes, Portaria nº1701277/2022.

*Processo nº 46941/2021, Usuário: Galícia Empreendimentos e Participações LTDA, Nova Lima, Deferido com condicionantes, Portaria nº1701280/2022. *Processo nº 44486/2021, Usuário: Condomínio do Edifício Perfil, Nova Lima, Deferido com condicionantes, Portaria nº1701285/2022. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Noroeste de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Unai, 23 de Fevereiro de 2022.

23 1598266 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Central Metropolitana, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 07389/2018, Usuário: Renato Caldas Cordeiro Costa, Paraopeba, Deferido com condicionantes, Portaria nº1300993/2022. *Processo nº 18755/2017, Usuário: Associação do Portal do Horizonte – MG, Prudente de Moraes, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301224/2022. *Processo nº 21174/2021, Usuário: Condomínio do Edifício Luna Gardem, Belo Horizonte, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301225/2022. *Processo nº 40781/2021, Usuário: Bullight Alimentos Ltda, Belo Horizonte, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301226/2022. *Processo nº 43134/2021, Usuário: José Elias dos Passos ME, Mateus Leme, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301227/2022. *Processo nº 46598/2021, Usuário: TAMBASA - Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S/A, Contagem, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301228/2022. *Processo nº 46603/2021, Usuário: Estância Vitória Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, Fumilândia, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301229/2022. *Processo nº 47874/2021, Usuário: Vilasa Construtora Ltda, Belo Horizonte, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301230/2022. *Processo nº 48037/2021, Usuário: Janaina Oliveira Martins, Curvelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301231/2022. *Processo nº 60924/2021, Usuário: Pipe Sistemas Tubulares Ltda, Contagem, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301232/2022. *Processo nº 54606/2021, Usuário: Ilnera Construções Ltda, Curvelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301252/2022. *Processo nº 18026/2021, Usuário: Mineração Areia do Vale, Santo Hipólito, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301253/2022. *Processo nº 20651/2021, Usuário: Edmilton Nogueira Gontijo, Curvelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301254/2022. *Processo nº 50332/2021, Usuário: Aurélio da Cunha Mata, Santana do Riacho, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301255/2022. *Processo nº 02939/2017, Usuário: Ecoplante Biotecnologia e Reciclagem Ltda, Ouro Preto, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301256/2022. *Processo nº 38389/2021, Usuário: JF Areia e Argila Ltda, Lagoa Santa, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301257/2022. *Processo nº 46848/2021, Usuário: Salva Empreendimentos Imobiliários Ltda, Igarapé, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301258/2022. *Processo nº 21432/2021, Usuário: Flávio Willian Barbosa Moreira, Esmeraldas, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301259/2022. *Processo nº 21433/2021, Usuário: Omar Fernandes de Oliveira, Curvelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301260/2022. *Processo nº 20623/2021, Usuário: Sociedade Inteligência e Coração, Nova Lima, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301261/2022. *Processo nº 20329/2021, Usuário: Douglas Caique Ribeiro Canuto, Curvelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301262/2022. *Processo nº 13620/2010, Usuário: Granja Rio Minas Ltda, São José da Lapa, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301288/2022. *Processo nº 26171/2013, Usuário: Luiz Trindade Imóveis Ltda, Rio Acima, Deferido, Portaria nº1301291/2022. *Processo nº 22506/2017, Usuário: CRP Agropecuária Ltda, Curvelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1301292/2022. *Processo nº 22990/2017, Usuário: CRP Agropecuária Ltda, Curvelo, Deferido, Portaria nº1301295/2022.

Arquivamento:

Arquiva-se o processo nº. 01996 de 08/02/2012. Requerente: Gelf Siderurgia S.A. – CNPJ: 20.388.757/0001-01 - Curso d’água: Córrego do Riachinho - Motivo: Considerando os termos do Artigo 54-A da Portaria Igam nº 48/2019. Município: Sete Lagoas – MG.

CANCELAMENTO: Cancela-se a Portaria nº 1300515 publicada dia 05/02/2022. Outorgado: Mawan Incorporações Ltda. CNPJ: 04.493.483/0001-64. Motivo: Duplicidade. Município: Caeté – MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Central Metropolitana. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 23 de Fevereiro de 2022.

23 1598343 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Alto São Francisco, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 71529/2019, Usuário: Ademir Ultado Missac, Bambui, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201160/2022. *Processo nº 25899/2017, Usuário: Modesto Antônio Lara , Pimenta, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201163/2022. *Processo nº 62174/2021, Usuário: Ailton Rosa Pereira, Luz, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201164/2022. *Processo nº 53781/2021, Usuário: Jovelino Ferreira De Oliveira , Paineiras, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201165/2022. *Processo nº 53886/2021, Usuário: Orlando Silva , Moema, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201166/2022. *Processo nº 01071/2022, Usuário: Embaré Indústrias Alimentícias S/A, Santo Antônio do Monte, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201167/2022. *Processo nº 01072/2022, Usuário: Embaré Indústrias Alimentícias S/A, Santo Antônio do Monte, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201168/2022. *Processo nº 020497/2022, Usuário: Ademir Silva 566.689.616-49 - ME, Araújo, Deferido, Portaria nº1201169/2022. *Processo nº 26241/2017, Usuário: Dário Antônio do Amaral, Maravilhas, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201170/2022. *Processo nº 62374/2021, Usuário: Valdemar de Castro Nascimento, São Sebastião do Oeste, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201172/2022. *Processo nº 29332/2021, Usuário: Laucia Lobato de Campos, Pompeu, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201173/2022. *Processo nº 41728/2021, Usuário: Marceley de Jesus Melgaço, Pompeu, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201174/2022. *Processo nº 02452/2018, Usuário: Rodrigo Cesar Silva, Bom Despacho, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201175/2022. *Processo nº 51153/2021, Usuário: Edna Elimar De Campos Cordeiro, Pompeu, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201177/2022. *Processo nº 61289/2021, Usuário: Edna Maria das Graças Cardoso Carvalho, Carmópolis de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201180/2022. *Processo nº 48431/2021, Usuário: Dirceu dos Santos Sangi, Santo Antônio do Monte, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201181/2022. *Processo nº 02899/2022, Usuário: Lagoa Verde Pesquisa e Empreendimentos Minerais LTDA, Bom Despacho, Deferido, Portaria nº1201182/2022. *Processo nº 54417/2021, Usuário: Agropecuária 21 S/A, Abaeté, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201184/2022. *Processo nº 01953/20 *Processo nº 02672/2018, Usuário: Agnaldo Leite Vasconcelos, Passa Tempo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201188/2022. *Processo nº 45363/2021, Usuário: Carlos Antônio Araújo Ribeiro, Lagoa da Prata, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201189/2022. *Processo nº 62221/2021, Usuário: Broch Magalhães de Jesus Empreendimentos Imobiliários Ltda, Abaeté, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201233/2022. *Processo nº 62635/2021, Usuário: João Otávio Pereira, Abaeté, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201234/2022. *Processo nº 03913/2018, Usuário: Edvânia Vilela Fonseca Oliveira, Carmo do Cajuru, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201235/2022. *Processo nº 61288/2021, Usuário: Teotônio Duarte Chaves , Bom Despacho, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201236/2022. *Processo nº 58639/2021, Usuário: Vinicius Freitas Ferreira Resende, Moema, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201237/2022. *Processo nº 59549/2021, Usuário: Antônio Osvaldo Cardoso, Pedra do Indaí, Deferido, Portaria nº1201238/2022. *Processo nº 61286/2021, Usuário: Maria Isabel Gomes Diniz Teixeira , Arcos, Deferido, Portaria nº1201239/2022. *Processo nº 62351/2021, Usuário: Ricardo Assis Santos, Abaeté, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201240/2022. *Processo nº 07390/2022, Usuário: Anderson Gustavo Costa, Vargem Bonita, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201241/2022. *Processo nº 59092/2021, Usuário: Seamp; D Florestal Viveiro Ltda –Fazenda Capão Alto e Saco Feliz, Martinho Campos, Deferido com condicionantes,

QUINTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2022 – 9

Portaria nº1201242/2022. *Processo nº 64707/2021, Usuário: José Geraldo de Oliveira Mota, Araújo, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201243/2022. *Processo nº 17474/2021, Usuário: Cássio Ricardo de Andrade, Arcos, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201244/2022. *Processo nº 03565/2018, Usuário: Hamilton José Soares, Bom Despacho, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201245/2022. *Processo nº 01563/2022, Usuário: Indalabor-Indaí Laboratório Farmacêutico Ltda , Dolores do Indaí, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201246/2022. *Processo nº 36458/2020, Usuário: João Teixeira de Freitas, Onça de Pitangui, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201247/2022. *Processo nº 04020/2021, Usuário: Maria Cristina Alvares de Araújo, Bom Despacho, Deferido com condicionantes, Portaria nº1201270/2022.

CANCELAMENTO: Arquiva-se o processo nº12964/2016 de 30/05/2016. Requerente: Alessandra Brandão Cardoso, CPF/CNPJ: 821.***.*.*. Curso d’água: Córrego Roncador. Motivo: Por inconsistência técnica conforme Portaria Igam 48/2019 Art. 54 - A. Município: Bom Despacho - MG - MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Alto São Francisco. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Divinópolis, 23 de Fevereiro de 2022.

23 1598171 - 1

Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário - ARSAE

Diretor-Geral: Antônio Claret de Oliveira Júnior

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais revoga o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, a IVANA VILLEFORT DE BESSA PORTO, MASP 1477613-2, a gratificação temporária estratégica GTEI-2 AR1100282.

23 1598222 - 1

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretária: Luisa Cardoso Barreto

Expediente

ATO SEPLAG/CGCRP Nº 01, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022.

ATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA A SECRETÁRIADE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição prevista no inciso III do §1º do art.93da Constituição do Estado de Minas Gerais, e considerando o disposto no art.25-A do Decreto nº 47.611, de 23 de janeiro de 2019, e no inciso III do art.2º do Decreto nº 47.727, de 2 de outubro de 2019, delega a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede- os procedimentos a cargo da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG definidos no Decreto nº 47.611, de 2019, para processar o recebimento de doação de bens e serviços na qualidade de soluções tecnológicas de startups, médias e grandes empresas, visandootransferênciatecnológica visando o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos, nos termos doProcesso SEI n.º 1220.01.0004796/2021-39.

A SEDE deverá manter registros atualizados em seu sítio eletrônico da relação das doações e comodatados celebrados, acessíveis ao público em geral, e encaminhar essas informações para disponibilização no sítio eletrônico oficial da SEPLAG, em cumprimento ao disposto nos art. 18 e art. 19 do Decreto nº 47.611, de 2019.

Aplicam-se as demais regras definidas pelo Decreto nº 47.611, de 2019, relativas ao recebimento de doação de bens móveis e serviços, sem ônus ou encargos, e o recebimento de bens em comodato, para a realização dos procedimentos realizados nos termos desta autorização.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Superintendência Regional
de Meio Ambiente

Nota 01 - SEMAD/SUPRAM CENTRAL

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2022.

Os documentos conclusivos e sequenciais 57698852, 57698951 e 57699096 representam a instrução necessária à conclusão quanto à higidez da atual regularização ambiental do empreendimento Fleurs Global Mineração. O atual superintendente, Daniel Gonçalves, iniciou procedimento revisório, consubstanciado no primeiro documento (57698852), tendo enviado suas considerações aos dirigentes da Semad. Em sequência, por respeito à autoridade cujo ato se pretende revisar, bem como cautela, oportunizou-se sua pronúncia (Documento 57698951). Em sequência, com ciência de ambas manifestações, o Ministério Público de Minas Gerais expediu recomendação na linha sugerida pelo atual superintendente. Assim, tem-se, ao momento, robusta instrução para que haja, em sede cautelar, suspensão do TAC vigente, com subsequente oportunização para exercício do contraditório e da ampla defesa por parte do empreendedor.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel dos Santos Goncalves, Superintendente**, em 13/12/2022, às 20:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57699140** e o código CRC **A4FDC869**.

Referência: Processo nº 1370.01.0038821/2020-94

SEI nº 57699140

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 975, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; pelo art. 40, da Lei nº 23.304 de 30 de maio de 2.019 e;

Considerando disposto no art. 14 da Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004, e no arts. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5002194-58.2022.8.13.0686, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade da parte autora, para o nível subsequente, retroativa à data do requerimento administrativo – 13 de janeiro de 2022, bem como novas promoções observando o disposto no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 44.769/2008.

Resolve:

Art. 1º - Revogar na Resolução SEJUSP Nº 422, de 06 de junho de 2022, publicada em 07 de junho de 2022, que dispõe sobre progressão na carreira, concedida aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo, a parte referente ao servidor Maurício Rocha Silva, MASP:1118861/2,tendo em vista a concessão de promoção por escolaridade adicional, em cumprimento aoProcesso Judicialnº5002194-58.2022.8.13.0686.

Art. 2º - Conceder Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao supracitado Processo, como também em observância ao Princípio Constitucional presente no art. 37º, XV da CF.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2022.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I						
Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Agente de Segurança Socioeducativo.						
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA	
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU
1118861/2	MAURICIO ROCHA SILVA	AGSE	I	B	II	B

14 1725246 - I

<p>EXTRATO DA PORTARIA SUASE Nº 05/2022, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.</p> <p>PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11450.01.0103271/2022-10.</p> <p>Descumprimento de cláusulas do Contrato nº 9340361/2022 -Organizações Nutri de Refeições Coletivas Ltda, endereço de correio eletrônico: relacionamento@alibraz.com.br; inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número 71.139.406/0001-06, com sede na Rua Doutor Washington Floriano, nº 136, bairro Frimisa, Santa Luzia/MG. Práticas previstas no inciso VI do art. 3º, e nos incisos I, II, IV, V e VI do art. 4º da Resolução SEAP nº 49/2017, puníveis com sanções desde advertência escrita até declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (de acordo com as sanções previstas no artigo 38 do Decreto Estadual nº. 45.902/2012, nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002).</p> <p>Convoco a Comissão Processante Permanente da SEJUSP, para instrução e conclusão de todo o procedimento, conforme Resolução SEAP nº 01, de 13 de fevereiro de 2017, por meio dos membros designados para a sua composição, nos termos da Portaria GAB. SEAP nº 006 de 12 de março de 2019.</p> <p>Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2022.</p> <p>Pedro Ruano Leocádio Dias</p> <p>Subsecretário de Atendimento Socioeducativo</p> <p>14 1725504 - I</p>	<p>REMOVE “A PEDIDO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, a servidora:</p> <p>MASP 1381431-4, Lidiane Martins de Castro Barbosa, referente ao cargo Efetivo Analista Executivo de Defesa Social – Advogada, do Gabinete, para a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0157756/2022-17, os servidores: MaSP 1376269-5, Jefferson Aparecido Cunha, referente ao cargo Efetivo Agente de Segurança Penitenciário, do Presídio de Serro, para o Presídio de Diamantina, MaSP 1435445-0, Jose Americo Santos Rabelo, referente ao cargo Efetivo Agente de Segurança Penitenciário, do Presídio de Diamantina, para o Presídio de Serro.</p> <p>Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2022</p> <p>ROGERIO GRECO</p> <p>Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública</p> <p>REMOVE “POR PERMUTA”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea b, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0157756/2022-17, os servidores: MaSP 1376269-5, Jefferson Aparecido Cunha, referente ao cargo Efetivo Agente de Segurança Penitenciário, do Presídio de Serro, para o Presídio de Diamantina, MaSP 1435445-0, Jose Americo Santos Rabelo, referente ao cargo Efetivo Agente de Segurança Penitenciário, do Presídio de Diamantina, para o Presídio de Serro.</p> <p>Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2022</p> <p>ROGERIO GRECO</p> <p>Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública</p> <p>REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor:</p> <p>MaSP 1157217-9, Euler Silva Salomaa, referente ao cargo Efetivo Agente de Segurança Penitenciário, do Gabinete, para o Presídio de Lagoa Santa, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0170477/2022-27.</p> <p>Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2022</p> <p>ROGERIO GRECO</p> <p>Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública</p> <p>14 1725134 - I</p>
--	--

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 01 de julho de 2022, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-IMD125, à servidora Hellen Karine Campos Teixeira, MASP 448.947-2, a contar de 08 de novembro de 2022, para regularizar situação funcional.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de julho de 2014, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD115, à servidora Priscilla Martins Ferreira, MASP 1.367.157-3, a contar de 25 de agosto de 2022, para regularizar situação funcional.

14 1725591 - I

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado para adequação de empreendimento à Legislação Ambiental:

Eurolarma Laboratórios S.A - Fabricação de medicamentos, exceto aqueles previstos no item C-05-01-0, medicamentos fitoterápicos e farmácias de manipulação - Montes Claros/MG - PA nº 5888/2021 - Classe 4. Vigência: 12 (doze meses), contados da data da assinatura: 14/12/2022, prorrogáveis por igual período.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

14 1725506 - I

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Noroeste de Minas, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

1) *Renovação de Licença de Operação (LAC 1): *Cooperativa Agrícola de Unai Ltda - Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes - Unai/MG - Processo: 4231/2022 - Classe 4. (a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas

14 1725474 - I

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Município de São Pedro da União, Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação, São Pedro da União/MG, PA nº 4365/2022, Classe 2. *Boston Electrometallurgical Corporation Brasil Ltda., Produção de fundidos de metais não-ferrosos, inclusive ligas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico, inclusive a partir de reciclagem, Coronel Xavier Chaves/MG, PA nº 4377/2022, Classe 2.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

14 1725239 - I

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, por autotutela, sendo ação de caráter vinculado e conforme motivação expressa em processo administrativo próprio – SEI nº 1370.01.0038821/2020-94 -, suspenso cautelarmente o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 23/02/2022, com o empreendimento Fleurs Global Mineração Ltda, oportunizando-se em sequência o exercício do contraditório e da ampla defesa com vistas à emissão de decisão final conclusiva no prazo de 30 dias nos termos dos arts. 22 e 56 da Lei 14.184/2002.

(a) Daniel dos Santos Gonçalves - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

14 1725374 - I

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

REPUBLICAÇÃO

Fica republicada a Pauta da 133ª Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), publicada no Diário Oficial do dia 14/12/2022, página 10, Caderno Executivo, passando a vigorar com a seguinte redação: Pauta da 133ª Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG)
Data: 23 de dezembro de 2022, às 9h
Endereço virtual da reunião: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w

- Execução do Hino Nacional Brasileiro.
- Abertura pela Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG e Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dra. Marília Carvalho de Melo.
- Comunicado dos Conselheiros.
- Minuta de Deliberação CERH-MG para exame e deliberação:
4.1 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí-JQ2, na forma da Deliberação CBH-JQ2 Nº 21, de 01 de dezembro de 2022. SEI/Nº 2240.01.0008006/2022-65. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí - CBH- JQ2 e Igam/ Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.
4.2. Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes doAlto São Francisco-SF1, na forma da Deliberação CBH-SF1 Nº 12, de 28 de novembro de 2022. SEI/Nº 2240.01.0007997/2022-17. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica dos os Afluentes do Alto São Francisco-SF1 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.
4.3. Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco-SF9 na forma da Deliberação CBH-SF9 Nº 07, de 28 de novembro de 2022. SEI/Nº 2240.01.0007925/2022-21. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Médio São Francisco-SF9 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.
4.4. Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitaiá, Pacuí e Trechos do São Francisco-SF6 na forma da Deliberação CBH-SF9 Nº 08, de 29 de novembro de 2022. SEI/Nº 2240.01.0007911/2022-11. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitaiá, Pacuí e Trechos do São Francisco-SF6 e Igam/ Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.
4.5. Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri- MU1 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.
4.6. Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto do Jequitinhonha-JQ1, na forma da Deliberação CBH-JQ1 Nº 03, de 23 de novembro de 2022. SEI/Nº 2240.01.0007760/2022-14. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto do Jequitinhonha-JQ1 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.
4.7. Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias - CBH -SF4, na forma da Deliberação CBH-SF4 Nº 28, de 17 de novembro de 2022. SEI/Nº 2240.01.0007677/2022-24. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias - CBH -SF4 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.
4.8. Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Sub Bacia Mineira do Rio Uruçuaia - CBH Uruçuaia SF8, na forma da Deliberação CBH-SF8 Nº 20, de 17 de novembro de 2022. SEI/Nº 2240.01.0007532/2022-59. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica do CBH Uruçuaia - CBH -SF8 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.
4.9 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus SM1, na forma da Deliberação CBH - SM1 Nº 19, de 30 de novembro de 2022. SEI/Nº 2240.01.0008163/2022-04. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica CBH São Mateus- SM1 e Igam/ Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.
5. Plano Executivo do Programa Água Doce 2020 - 2029, para exame e deliberação. Responsável: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- (Semad)/Programa Água Doce (PAD).
6. Lançamento do Convênio Águas do Centro-Sul. Responsável: Diretoria Geral do Igam e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais(CPRM)
7. Panorama do Desmatamento e Restauração Florestal em Minas Gerais - Apresentação: Subsecretaria de Fiscalização Ambiental (Sufis) e Subsecretaria de Regularização Ambiental (Suram) da Semad e Instituto Estadual de Florestas (IEF).
8. Apresentação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais - Somos Todos Água. Responsável: Assessoria Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos - ASPRH(Igam).
9. Apresentação da Proposta de Revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos - GPlan(Igam).
10. Apresentação da publicação “Gestão e Situação das Águas de Minas Gerais 2022”. Responsável: Diretoria-Geral/Igam.
11. Lançamento do 4º número da Revista Mineira de Recursos Hídricos. Responsável: Equipe Editorial da Revista Mineira de Recursos Hídricos.
12. Proposta de Agenda das reuniões do Plenário do CERH-MG, para o ano de 2023. Apresentação: Semad.
13. Encerramento.

Marília Carvalho de Melo
Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

14 1725505 - I

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Central Metropolitana, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: *Processo nº 22059/2022, Usuário: Morada Nova Agrícola e Pecuaría Ltda, Inhaúma, Deferido/condicionantes, Portaria nº 1309146/2022. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Central Metropolitana. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.
Belo Horizonte, 14 de Dezembro de 2022.

14 1725207 - I

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Leste de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018,

cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 59899/2022, Usuário: Carlos Wagner Gervasio, Aimorés, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1509159/2022.*Processo nº 60422/2022, Usuário: Raj Incorporações e Empreendimentos Eireli, Fernandes Tourinho, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1509164/2022.*Processo nº 60777/2022, Usuário: Residencial Campos Altos Spe Ltda., Santana do Paraíso, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1509165/2022.*Processo nº 57930/2022, Usuário: Celulose Nipo Brasileira S.A, Matêrlândia, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1509166/2022.*Processo nº 57817/2022, Usuário: Celulose Nipo-Brasileira S.A., Antônio Dias, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1509167/2022.*Processo nº 61376/2022, Usuário: Fontes e Senra Construtora Ltda., Engenheiro Caldas, Deferido, Portaria nº 1509168/2022.*Processo nº 57810/2022, Usuário: Celulose Nipo-Brasileira S.A, Nova Era, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1509169/2022.*Processo nº 57561/2022, Usuário: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, Belo Oriente, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1509170/2022.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Leste de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.
Governador Valadares, 14 de Dezembro de 2022.

14 1725560 - I

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Triângulo Mineiro, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação:
Retifica-se a portaria 1905218/2019 de 19/07/2019, Outorgado: Walter O. Junior, CPF: 847.***.***. 15. Onde se lê: coordenadas geográficas: latitude: 19º13'55"e e longitude: 46º59'26"e; finalidade(s): irrigação 27 ha pelo método de gotejamento; prazo 05 (cinco) anos; Vazão liberada(l/s): 5,7 com tempo de captação de 20:00 horas/dia e 12 meses/ano e volumes máximos mensais de 11901,6 m³ a 12722,4 m³. Leia-se: coordenadas geográficas: latitude: 19º13'47"e e longitude: 46º59'22"e; finalidade(s): irrigação 60 ha pelo método de gotejamento; prazo 10 (dez) anos; Vazão liberada(l/s): 11,7 com tempo de captação de 20:00 horas/dia e 12 meses/ano e volumes máximos mensais de 24429,6 m³ em fevereiro, 26114,4 m³ nos meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro e 25272 m³ nos meses de abril, junho, setembro e novembro. Município: Patrocínio –MG.
Retifica-se a portaria 1906275/2021 de 31/08/2021. Outorgado: Claudionor N. De Moraes, CPF: 583.***.***- 87. Onde se lê: Coordenadas Geográficas: 19º12'22,11"e Longitude: 48º32'32,18"e; Finalidade(s): Irrigação 26,3ha por pivô central- culturas anuais; Vazão liberada(l/s): 25,38 com tempo de captação de 21:00 horas/dia e 12 meses/ano e volumes máximos mensais de 53.724,38 m³ a 59.480,57 m³. Leia-se: Coordenadas Geográficas: Latitude: 19º11'45,02" S e Longitude: 48º32'18,39"W; Finalidade(s): Irrigação 150 ha por pivô central - culturas anuais e horticultura; Vazão liberada(l/s): 46,0 com tempo de captação de 24:00 horas/dia e 12 meses/ano e volumes máximos mensais de 115257,6 m³ em fevereiro, 123206,4 m³ nos meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro e 119232,0 m³ nos meses de abril, junho, setembro e novembro. Município: Uberlândia –MG.
Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Triângulo Mineiro. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.
Uberlândia, 14 de dezembro de 2022

14 1725447 - I

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Alto São Francisco, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: *Processo nº 02270/2017, Usuário: Agrimig Calcário Agrícola Ltda - Arcos, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209147/2022.*Processo nº 41980/2021, Usuário: Júlio César Cardoso, Bom Despacho, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209148/2022.*Processo nº 41829/2021, Usuário: Suinfree Atacado de Carne Ltda, Carmo do Cajuru, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209149/2022.*Processo nº 40910/2021, Usuário: Célio José de Oliveira, Pompéu, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209150/2022.*Processo nº 06940/2018, Usuário: César Reis Teixeira, Pará de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209151/2022.*Processo nº 60970/2022, Usuário: Marco Aurélio Freitas de Lima, Divinópolis, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209152/2022.*Processo nº 60804/2022, Usuário: Dirceu Donizet Franco, Pompéu, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209153/2022.*Processo nº 57549/2022, Usuário: Márcio Spaack Alvim - Estrela do Indaí, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209154/2022.*Processo nº 59163/2022, Usuário: Josué Bentz de Azeites, Formiga, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209155/2022.*Processo nº 57442/2022, Usuário: Agropecuária Nossa Senhora da Aparecida LTDA - ANSAL, Abaeté, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209156/2022.*Processo nº 61378/2022, Usuário: Alvaro Resende Vaz, CPF 228***.***. ME, Santo Antônio do Monte, Deferido, Portaria nº 1209157/2022.*Processo nº 04128/2016, Usuário: : Evaristo de Castro Pena, Pompéu, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1209162/2022.
Cancelamento
Cancela-se o arquivamento do processo nº 4128/2016 - publicado dia 12/01/2021. Requerente: Evaristo de Castro Pena. CPF: 274.***.****. Motivo: o requerente apresentou as informações complementares em tempo hábil no processo através do SEI1370.01.0037920/2020-74 de 09/09/2020e juntou-se os documentos no SIAM em tempo posteriori levou o arquivamento indevido. Município: Pompéu- MG
Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Alto São Francisco. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.
Divinópolis, 14 de Dezembro de 2022.

14 1725438 - I

RETIFICA A PORTARIA IGAM Nº 43, DE 24DE NOVEMBRO DE 2022.

O Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, no uso das atribuições que lhe conferem as normas do artigo 13, II, da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 e do artigo 9º do Decreto Estadual nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e tendo-se em vista as normas do art. 3º do Decreto Estadual nº 48.531, de 11de novembro de 2022

RESOLVE:
Retificar a Portaria Igam nº 43, de 24 de novembro de 2022, publicada no I.O.F, na pág. 12, no dia 25/11/2022.

Onde se lê: (..) art. 2º, a:

a) Isabella Sophia Cecílio Lemes – Masp 1.364.065-1;
Leia-se:
a) Alison PietroSantos Duarte – Masp 1.506.670-7;
Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2022.
Marcelo da FonsecaDiretor – Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

14 1725251 - I

Os Coordenadores das Unidades Regionais de Gestão das Águas Urga’s, da Central Metropolitana e Triângulo Mineiro, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:
Retificações:
Retifica-se a portaria nº 02777 publicada dia 26/06/2018. Outorgado: Bem Brasil Alimentos Ltda, CNPJ: 06.004.860/0001-80. Onde se lê: Vazão Autorizada (m³/h): 5,657. Finalidade: Com o tempo de captação de 21:00 horas/dia e 12 meses do ano. Coordenadas geográficas: Lat.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320221214225053019.

ANEXO II						
Progressão na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.						
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA	
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU
1297014/I	ELIANA MARIA DO CARMO	ASP	II	A	II	B
1297014/I	ELIANA MARIA DO CARMO	ASP	III	A	III	B

04 1733818 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 29, DE 03 DE JANEIRO DE 2023.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 40, da Lei nº 23.304 de 30 de maio de 2.019 e;

Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no arts. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5001755-08.2021.8.13.0290, em que foi julgado procedente o pedido avariado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referente legislação.

Resolve:

Art. 1º - Revogar na Resolução SEJUSP Nº 91, de 15 de abril de 2020, publicada em 18 de abril de 2020; Resolução SEJUSP Nº 221, de 01 de abril de 2022, publicada em 02 de abril de 2022, que dispõem sobre progressão na carreira, concedida aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo, a parte referente à servidora Mirian Lúcia Vitor - MASP: 1144004/7, tendo em vista a concessão de promoção por escolaridade adicional, em cumprimento ao Processo Judicial Nº 5001755-08.2021.8.13.0290.

Art. 2º - Conceder Promoções por Escolaridade Adicional, na carreira da servidora constante no anexo I desta Resolução, lotada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao processo supracitado.

Art. 3º - Conceder Progressões na carreira da servidora, constante no anexo II desta Resolução, visando a atualização do posicionamento.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de janeiro de 2023.
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I						
Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.						
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA	
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU
1144004/7	MIRIAN LUCIA VITOR	ASP	I	B	II	A
1144004/7	MIRIAN LUCIA VITOR	ASP	II	B	III	A

ANEXO II						
Progressão na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.						
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA	
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU
1144004/7	MIRIAN LUCIA VITOR	ASP	II	A	II	B
1144004/7	MIRIAN LUCIA VITOR	ASP	III	A	III	B

04 1733819 - 1

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3.203, DE 04 DE JANEIRO DE 2023

Delega competência ao Subsecretário de Tecnologia, Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para a prática dos atos que menciona.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e tendo em vista o Capítulo X da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, a Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e o Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, RESOLVE:

Art. 1º – Fica delegada ao Subsecretário de Tecnologia, Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a competência para assinar os seguintes atos de gestão de pessoas dos servidores da Semad:

I – concessões:

a) abono de permanência;

b) abono família;

c) adicional por tempo de serviço;

d) férias-prêmio;

e) quinquênio;

II – afastamentos:

a) por motivo de casamento;

b) por motivo de luto;

c) preliminar à aposentadoria;

d) para promoção de campanha eleitoral;

e) licença por motivo de doença em pessoa da família;

f) para ausentar-se do serviço pelo prazo de até dez dias;

g) para usufruto de férias-prêmio;

h) licença à gestante;

i) prorrogação de licença à gestante;

j) licença à adotante;

k) prorrogação de licença à adotante;

l) licença para acompanhar cônjuge;

m) licença-paternidade;

n) licença para tratar de interesse particular – LIP;

o) afastamento voluntário incentivado – AVI;

p) prorrogação de afastamento voluntário incentivado – AVI;

q) afastamento integral ou parcial para estudo ou aperfeiçoamento profissional, dentro do país;

r) afastamento integral ou parcial para estudo ou aperfeiçoamento profissional, no exterior;

s) prorrogação de afastamento integral ou parcial, dentro do país e no exterior;

III – alteração de nome;

IV – conversão de férias-prêmio em espécie;

V – opção por composição remuneratória;

VI – prorrogação de exercício;

VII – prorrogação de posse;

VIII – termo de posse;

IX – reassunção por motivo de retorno antecipado de licença para tratar de interesse particular – LIP;

X – redução de carga horária de servidor responsável por excepcional, apenas no que se refere aos despachos concessório ou denegatório;

XI – remoção;

XII – convênios de cessão de servidor;

XIII – solicitação de cessão de servidor;

XIV – aprovação de cessão de servidor;

XV – solicitação de exercício de servidor da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG;

XVI – convocação de servidor em afastamento voluntário incentivado – AVI;

XVII – progressão na carreira, nos termos da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005;

XVIII – promoção na carreira, nos termos da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005;

XIX – promoção por escolaridade adicional, nos termos do Decreto nº 44.334, de 26 de junho de 2006;

XX – definição dos membros fixos que comporão a comissão de conciliação de assédio moral e o agente público de referência;

XXI – instituição da comissão de conciliação de assédio moral.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2024.

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2023.
MARILIA CARVALHO DE MELO
Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

04 1734019 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LICENÇA RAS: 1) Mineração Pedra Azul Ltda., Lavra subterrânea pegmatitos e gemas; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Governador Valadares/MG, PA/Nº 19/2023, Classe 2.

2) Alvaro L. de Souza, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Ferros/MG, PA/Nº 17/2023, Classe 2.

- LAC 1 (LP+LI+LO): 1) DK Transportes, Demolição e Locação Ltda., Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos, Rio Piracicaba/MG, PA/Nº 26/2023, Classe 3.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que foram Deferidos os Requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

1) Alteração de titularidade, LAS CADASTRO, GS Auto Posto Ltda., CNPJ/05.527.077/0001-38, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, São José do Jacuri/MG, LAS CAD nº 67943828/2019, Classe 1, válida até 03/07/2029, para o novo titular GS Auto Posto Ltda., CNPJ 05.527.077/0002-19.

2) Alteração de titularidade, LAS CADASTRO, Lacteos São João Ltda., CNPJ 39.677.854/0001-42, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, São João Evangelista/MG, PA SLA 5556/2020, Classe 1, válida até 14/12/2030, para o novo titular Lactimio Yoguedes Ind. & Com. Ltda., CNPJ 06.882.060/0006-76.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

1) LAC 1 (LP+LI+LO): *Mineração Apollo Ltda., Lavra a céu aberto – Minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril – Minério de ferro; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Rio Piracicaba/MG, PA/Nº 25/2023, Classe 2. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado – PA SEI/Nº 1370.01.0011841/2022-78.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAC 1 (LP+LI+LO): 1) Três Poderes Materiais de Construção Ltda., Tratamento químico para preservação de madeira, Sabinópolis/MG, PA/Nº 1931/2022, Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 04/01/2033.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de “MG” no dia 28/12/2021 - pag. 14)

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

Onde se lê:

(...)

- LAC 1 (LP+LI+LO): 1) Ruby Red do Brasil Mineração Comércio & Indústria Ltda., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido, Nova Era/MG, PA/Nº 6522/2021, Classe 4.

(...)

Leia-se:

(...)

- LAC 1 (LP+LI+LO): 1) Ruby Red do Brasil Mineração Comércio & Indústria Ltda., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção, Nova Era/MG, PA/Nº 6522/2021, Classe 4.

(...)

*As demais informações permanecem inalteradas.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

04 1734106 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS RAS: 1) Mineração Fonseca e Filhos Ltda - Areal Dragão Vale do Piranga, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Piranga/MG, PA nº 21/2023, Classe 2; 2) Ouse Diferenciado Ltda, Lavanderias industriais para tingimento e/ou amaciamento e/ou outros acabamentos químicos e/ou lavagem a seco que utilizem solventes orgânicos, São João Nepomuceno/MG, PA nº 27/2023, Classe 3.

(a) Dorgival da Silva, Superintendente Regional da SUPRAM da Zona da Mata.

04 1734132 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Elim Geração e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., Central Geradora Hidrelétrica - CGH, Machado/MG, PA nº 22/2023, Classe 2.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

04 1734116 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, em cumprimento à decisão proferida nos autos de nº 527578-35.2022.8.13.0024, referente ao mandado de segurança impetrado pela Fleurs Global Mineração Ltda. ante à Justiça de Primeira Instância da Comarca de Belo Horizonte, cancela a suspensão cautelar do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o citado empreendimento, nos termos da publicação efetuada na imprensa oficial, no dia 15 de dezembro de 2022, página 9.

(a) Daniel dos Santos Gonçalves - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, por autotutela, após exercício do contraditório exigido na decisão proferida nos autos de nº 527578-35.2022.8.13.0024, referente ao mandado de segurança impetrado pela Fleurs Global Mineração Ltda. ante à Justiça de Primeira Instância da Comarca de Belo Horizonte, devidamente considerado e conforme motivações expressas nos autos do processo administrativo nº 1370.01.0038821/2020-94, anula o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 23/02/2022 com o referido empreendimento.

(a) Daniel dos Santos Gonçalves - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana

04 1734031 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência e/ou compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo de solicitação: Licença Ambiental Simplificada – LAS Cadastro; Empreendimento: Onofre Teixeira Filho (CPF 283.363.726-87), Atividade Principal: Aquicultura; Município: Guiricema/MG, Protocolo nº 15728489/2018, Válida até 19/06/2028 – Para: Marcelo José Teixeira (CPF 038.086.856-38);

2) Tipo de solicitação: Licença Ambiental Simplificada – LAS Cadastro; Empreendimento: Posto de Combustíveis de Fervedouro Ltda (CNPJ 32.641.035/0001-04), Atividade Principal: Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Município: Fervedouro/MG, Protocolo nº 74904190/2019, Válida até 13/08/2029 – Para: Auto Posto Trevo de Fervedouro Ltda (CNPJ 47.298.939/0001-48).

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

04 1734149 - 1

EXTRATO DA DECISÃO (ATO)

A SECRETARIA EXECUTIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso das atribuições delegadas pela Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 24, de 22 de dezembro de 2022 torna público que, em atendimento a decisão judicial proferida no processo nº 1029068-41.2022.4.01.0000, FICA SUSPENSA a Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação, Certificado nº 218 – LAC, do empreendedor Taquaril Mineração S.A./Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST) - Lavra a céu aberto - Minério de ferro, Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco, Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido e Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - Nova Lima/MG - PA/SLA/Nº 218/2020 - ANMs: 4.791/1961; 831.207/1985; 833232/2003; 831.142/2005 - Classe 6, concedida na 86ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), realizada em 29 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais no dia 03/05/2022, Pág. 11.

Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida

Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças, designada para responder pela Secretaria Executiva da Semad, conforme ato publicado em 22/12/2022

04 1734117 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Superintendente SUPRAM Zona da Mata, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual nº. 46.967 de 10/03/2016, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 17751/2022, Usuário: José Cupertino Campos / Fazenda São Joaquim, Uruçânia, Deferido, Portaria nº 1000078/2023.Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na SUPRAM Zona da Mata. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Ubá, 04 de Janeiro de 2023.

04 1734118 - 1

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGA Jequitinhonha, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientifica o interessado abaixo relacionado da decisão proferida no processo administrativo de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Retifica-se a portaria nº 0402060, publicada dia 01/04/2022. Usuário: Areal Coluna Ltda. ME. CNPJ: 15.123.939/0001-10. Onde se lê: Vazão (l/s): 1,016 l/s nos meses de março a outubro. Horas/dia: 03:00 horas/dia nos meses de março a outubro. Dias/mês: 20 dias/mês nos meses de março a outubro. Volume (m³): 219,46 m³ nos meses de março a outubro. Leia-se: Vazão (l/s): 1,016 l/s nos meses de janeiro a dezembro. Horas/dia: 03:00 horas/dia nos meses de janeiro a dezembro. Dias/mês: 20 dias/mês nos meses de janeiro a dezembro. Volume (m³): 219,46 m³ nos meses de janeiro a dezembro. Município: Coluna/MG.

O Processo Administrativo encontra-se disponível para consulta e cópia na URGA Jequitinhonha. Os dados contidos na referida decisão estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Diamantina, 04 de janeiro de 2023.

04 1733788 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Central Metropolitana, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 32176/2021, Usuário: Viação Anchieta Ltda, Belo Horizonte, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300028/2023.*Processo nº 58242/2021, Usuário: Acaiaça Empreendimentos Urbanos Ltda, Jequitibá, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300030/2023.*Processo nº 20961/2022, Usuário: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, Sabará, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300031/2023.*Processo nº 21491/2022, Usuário: Condomínio Indiviso do Shopping Center Barro Preto, Belo Horizonte, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300032/2023.*Processo nº 55076/2022, Usuário: J&D Eller Ltda, Sarzedo, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300033/2023.*Processo nº 56546/2022, Usuário: Junio Andrade da Cruz, Betim, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300034/2023.*Processo nº 62091/2022, Usuário: Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais, Curvelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300039/2023.*Processo nº 48499/2022, Usuário: Reginaldo Ribeiro Alves de Almeida Pessoa, Curvelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300040/2023.*Processo nº 64248/2022, Usuário: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, Congonhas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300041/2023.*Processo nº 64291/2022, Usuário: Anna Regina Mascarenhas Diniz, Presidente Juscelino, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300042/2023.*Processo nº 64129/2022, Usuário: Roberto Simões Zica, Curvelo, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300043/2023.*Processo nº 59420/2022, Usuário: Marcelo Luis de Souza, Cordisburgo, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300044/2023.*Processo nº 64050/2022, Usuário: Guilherme Queiroz Lacerda, Corinto, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300045/2023.*Processo nº 64127/2022, Usuário: Eurico Leandro de Miranda, Corinto, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300046/2023.*Processo nº 47183/2022, Usuário: Altidório Ferri Amaral, São Joaquim de Bicas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300047/2023.*Processo nº 60838/2022, Usuário: Julio Flavio Vilela Lamounier, Paraopeba, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300068/2023.*Processo nº 60832/2022, Usuário: Agenor Giardini Neto, Corinto, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300095/2023.*Processo nº 60645/2022, Usuário: Elismar Custódio da Silva, Santo Hipólito, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300098/2023.*Processo nº 58084/2022, Usuário: Mármore e Granitos Teixeira Ltda, Matozinhos, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300103/2023.*Processo nº 60143/2022, Usuário: Trio Agropecuária Ltda, Baldim, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300104/2023.*Processo nº 60144/2022, Usuário: Trio Agropecuária Ltda, Baldim, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1300106/2023.

Arquivamento:

Arquiva-se o processo nº. 52582 de 19/10/2022. Requerente: José Eder de Oliveira. CPF: 053.56x.xxx-xx. Curso d'água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Artigo 23 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Santa Luzia – MG.

Retificação:

Retifica-se a portaria nº 1308642 publicada dia 05/11/2019. Outorgado: Orbital Extração Mineral e Areia Ltda – ME. CNPJ: 13.192.637/0001-79. Onde se lê: Finalidade: Tempo de captação de 08:00 horas/dia. Leia-se: Finalidade: Tempo de captação de 24:00 horas/dia. Condicionantes: 1. Instalar coletores de óleo e graxa na base da draga onde está localizado o motor à diesel, a fim de evitar o derramamento de óleo e graxa na água e/ou no solo. Apresentar ao órgão ambiental um relatório fotográfico evidenciando a instalação dos coletores. PRAZO: a partir da publicação da retificação da portaria de outorga; 2. Instalar horímetros nas dragas e realizar leituras semanais no equipamento instalado, armazenando-as na forma de planilhas. PRAZO: a partir da publicação da retificação da portaria de outorga; 3. Fotografar bimestralmente o leitor do horímetro e enviar um relatório fotográfico ao órgão ambiental sempre que solicitado ou quando da renovação da Portaria, PRAZO: a partir da publicação da retificação da portaria de outorga e validade da mesma; 4. Protocolar o relatório fotográfico com legenda do atendimento das condicionantes 01 e 03 no órgão ambiental. PRAZO: a partir da retificação da portaria de outorga; 5. Deixar no empreendimento as planilhas de monitoramento do horímetro para futura fiscalização e enviar à URGA-CM sempre que solicitado, e quando da renovação da Portaria, PRAZO: a partir da publicação da retificação da portaria de outorga e validade da mesma. Município: Paraopeba – MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGA Central Metropolitana. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 04 de Janeiro de 2023.

04 1734163 - 1

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretária: Luisa Cardoso Barreto

Expediente

A Subsecretária de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 1º da Resolução SEPLAG nº 34, de 22 de abril de 2020, concede, nos termos do §1º do art. 1º, inciso II do art. 2º, da Lei 9.532, de 30 de dezembro de 1987, a MARCIA RIBEIRO PIRES ZEM EL DINE, Masp 365067 / 8, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível I, Grau B, lotada na Secretaria de Estado de Educação, o direito de perceber, a partir de 21 de março de 1998, a razão de 5/10 (cinco décimos) da gratificação de 20% (vinte por cento) calculada sobre a diferença entre o vencimento do cargo em comissão de Secretário de Escola, código EX-SE-B- ED350 símbolo QE07 e o vencimento do cargo efetivo ocupado, (a título de vantagem de pessoal, considerando a sistemática de cálculo da Lei 14.683/2003), tendo em vista ter sido dele exonerada em 21 de março de 1998, sem ser a pedido ou por penalidade, comprovando contar mais de 04 (quatro) anos de efetivo exercício em cargo comissionado.

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2023.
Ana Cleide de Oliveira Ávila
Subsecretária de Gestão de Pessoas em exercício

A Subsecretária de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 1º da Resolução SEPLAG nº 34, de 22 de abril de 2020, concede, nos termos do §1º do art. 1º, inciso II do art. 2º, da Lei 9.532, de 30 de dezembro de 1987, a RENATO CEZAR CARDOSO DE MELO, Masp 361751/1, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Educação, Nível I, Grau B, lotado na Secretaria de Estado de Educação, o direito de perceber, a partir de 28 de outubro de 2008, a razão de 9/10 (nove décimos) da gratificação de 20% (vinte por cento) calculada sobre a diferença entre o vencimento do cargo em comissão de Secretário de Escola, código EXSEB- ED1307 símbolo QE07, e o vencimento do cargo efetivo ocupado, (a título de vantagem de pessoal, considerando a sistemática de cálculo da Lei 14.683/2003), tendo em vista ter sido dele exonerado em 28 de outubro de 2008, sem ser a pedido ou por penalidade, comprovando contar mais de 04 (quatro) anos de efetivo exercício em cargo comissionado.

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2023.
Ana Cleide de Oliveira Ávila
Subsecretária de Gestão de Pessoas em exercício

04 1734125 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320230104222952014.

REMOVED "POR PERMUTA", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso II, alnea b, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0180787/2022-47, os servidores: MASP 1383677-0, ROUSTAING DA SILVEIRA DUTRA JUNIOR, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, doPRESIDIO DE UBA, para a PENITENCIARIA JOSE EDSON CAVALIERI. MASP1285273-7, LEONARDO ARLINDO DE OLIVEIRA, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, doPRESIDIO DE UBA, para o PENITENCIARIO JOSE EDSON CAVALIERI. MASP1450760-2, CLAUDINEI PEREIRA DOS SANTOS, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, doPRESIDIO DE SALINAS, para oPRESIDIO DE TAOIBEIRAS. Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVED "POR PERMUTA", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso II, alnea b, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0178543/2022-10, os servidores: MASP 1455244-2, RAMON DA SILVA RIOS, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, doPRESIDIO DE TAOIBEIRAS, para oPRESIDIO DE SALINAS. MASP 1450760-2, CLAUDINEI PEREIRA DOS SANTOS, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, doPRESIDIO DE SALINAS, para oPRESIDIO DE TAOIBEIRAS. Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVED "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1156639-5, MARCIO DE ARAUJO VESPASIANO, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, daASSESSORIA DE INFORMACAO E INTELIGENCIA PRISIONAL, para aSUPERINTENDENCIA DE SEGURANCA PRISIONAL a contar de 13/07/2015 para regularizao funcional, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0184586/2022-03. Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVED "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1156639-5, MARCIO DE ARAUJO VESPASIANO, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, da SUPERINTENDENCIA DE SEGURANCA PRISIONAL, para aDIRETORIA DE SEGURANCA EXTERNA a contar de03/10/2019 para regularizao funcional, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0154288/2022-48. Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVED "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1136471-8, SAMARA ROBERTA DE OLIVEIRA, referente ao cargo Efeito ASSISTENTE EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL-AUXILIA ADMINISTRATIVO, daDIRETORIA DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVA, para aDIRETORIA DE BENEFICIOS E VANTAGENS, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0185209/2022-60. Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVED "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1194643-1, CARLOS ROMERO MARRARA BOATTO, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVO, daDIRETORIA DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVA, para aDIRETORIA DE BENEFICIOS E VANTAGENS, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0184549/2022-32. Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica REMOVED "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei n 869, de 5/7/1952, e do art. 3, 1, inciso I, da Resoluo SEJUSP n 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1220305-5, MARCOS CARVALHO MOURA DE OLIVEIRA, referente ao cargo Efeito AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIO, daDIRETORIA DE SEGURANCA INTERNA, para aSUPERINTENDENCIA DE SEGURANCA PRISIONAL, conforme motivaes constantes no Processo Administrativo SEI n 1450.01.0184909/2022-12. Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

ROGERIO GRECO Secretrio de Estado de Justia e Segurana Pblica

12 1736694 - 1

PORTARIA SULOT 18/2022

A Ordenadora de Despesas, Ana Luisa Silva Falco, no cumprimento dos deveres e atribuies estabelecidas pela Lei Federal n. 8.666/1993, Lei n. 10.520/2002, Lei Estadual n 14.184/2002, Lei Estadual n. 13.994/2001 e Decreto Estadual n. 45.902/2012, por meio desta Portaria, determina a instalao de Processo Administrativo Punitivo, para apurar o suposto cometimento das irregularidades descritas a seguir, pela empresa MTODO SYSTEM COMRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAES E SERVIOS LTDA, CNPJ 07.346.478/0001-17 com sede à Avenida Barão Homem de Melo, nº 3380, Bairro Estoril, CEP: 30494-270, municpio de Belo Horizonte/MG:

O Objeto no foi entregue em conformidade com as especificaes tcnicas do Termo de Referncia do Pregão Eletrônico n. 97/2018 e Contrato n. 339039.19.2955.18/2018, especialmente:

1- Da Passagem das Mangueiras:Ainda hã mangueiraexposta, infringindo o Termo de Referncia, tpico "4.Abrangncia do Fornecimento" e ANEXO II "4. Normas Tcnicas e Recomendaoes". 2- Cabeamento: 2.1- Acaixa de passagem dos cabeamentos instalada atrs do pavilho 8 ainda permanece aberta,infringindo oTermo de Referncia, tpico "4. Abrangncia do Fornecimento" e "Servios de de Manuteno e Assistncia Tcnica".

2.2- Cmeras foram instaladas (dentro dos patios dos pavilhoes) com cabeamentos expostos oucom ausncia de tubulao adequada (eletroduto ou conduit) forados padroes estabelecidos nas normas tcnicas citadas noTermo de Referncia anexo II tpico 4- Normas Tcnicas e Recomendaoes. Foi utilizada "massa de cimento", visto que,o adequado seriaautotubulao doeletroduto ou conduit.

2.3-Os postes so reutilizados, da infraestrutura antiga da Unidade, agravado pelo fatode os postes estarem deteriorados e com a estrutura base comprometida,apresentando desnvel e com risco iminente de cair, contrariando vedao expressaTermo de Referncia anexo I tpico 12- Proposta de Preo"Todos os materiais entregues devero ser acompanhados de nota fiscal dos produtos com o nome e caracterizao clara e precisa. Todos os materiais devero ser novos, comprovadamente de primeiro uso, acordo com as especificaes e condies estipuladas neste Termo de Referncia e seus anexos.

3-Instabilidade de instalao das cmeras: 3.1- Foi verificado, por meio de amostragem, que as cmeras internas instaladas nos pavilhoescontinuum sendo movimentadas facilmente com as mos, infringindo oTermo de Referncia, pgina 15:"Testes Mecnicos -Fixao e rigidez dos equipamentos, materiais e acessrios (cmeras, Joystick, monitores, switches, estaes de trabalho)" 3.2 -Cmeras instaladas fora da cobertura da rea de interesse e abaixo da linha de viso, infringindo oTermo de Referncia, ANEXO II, "2. Soluo de Cmeras", pginas 5 e 6."As cmeras Fixa, Movel e Multi-Sensor devero ser instaladas em posies que garantam o mnimo de rea de sombra que impeam a visualizao de pessoas. Verificada a"No realizao dos ajustes solicitados nasCmeras Instaladas que necessitam de ajustes da linha de viso, infringindo oTermo de Referncia, pginas 14 e 15, "Servios Tcnicos Especializados" e "Testes Mecnicos, Eltricos e Operacionais e de Sistema".

3.3-Cmeras instaladas em pontos com grande e/ouotula rea de sombra cmeras queforam instaladas abaixo das linhas de viso: 36, 38, 39, 54, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76, 78, 79, 88, 89, 96, 110, 111, 119 e 120, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo IIServios Tcnicos Especializados, Testes Mecnicos e Testes Operacionais e de Sistema"Servios Tcnicos

Especializados;Testes Mecnicos;Disposio dos equipamentos, materiais e acessrios no console;Disposio das cmeras.Testes Operacionais e de Sistema;Verificao se oposicionamento das cmeras fixas e panorâmicas atende a cobertura nas áreas de interesse."

3.4-Câmeras instaladasque necessitam de ajustes da linha de viso: 25, 27, 28, 33, 67, 85, 86, 108 e 112 contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II Tópico4-Soluo de Câmeras,TópicoServios Tcnicos Especializados,TópicoTestes Mecnicos eTópicoTestes Operacionais e de Sistema

4-Dascâmeras speed dome: 4.1- A Câmera speed dome C123 possui uma variao anormal em um dos seus dois conjuntos de sensores que geram uma imagem 180°, apresentando um risco (provavelmente defeito fsico na câmara) que permanece tanto de dia quanto a noite, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico Servios Tcnicos Especializados.

4.2-As câmeras speed dome 121 e 122 esto fixadas em desacordo com as normas tcnicas, alm de no estar posicionada corretamente (torta) e amarrada com arame, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II Tópico 4- Normas Tcnicas e Recomendaoes, Tópico Teste Mecnicos e Tópico Testes Operacionais e de Sistema.

5-Da Rede Eltrica: 5.1- Para a instalao de novas cargas eltricas, necessrio a realizao de projeto eltrico, e este no foi realizado no processo de instalao no sistema de monitoramento do CFTV, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaoes e Tópico eTestes Eltricos.

5.2-A rede eltrica do sistema instalado naquele Complexo Penitencirio NO e independente, que contraria o contedo expresso no Termo de Referncia,e demonstra a impossibilidade de um funcionamentoeficiente, compartilhando (usando)a rede eltrica da unidade, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaoes e Tópico eTestes Eltricos.

5.3-A alimentao do Quadro de Distribuio do sistema de monitoramento do CFTV vem de um Quadro de Distribuio de Circuito (QDC) que fica no hall do prdio administrativo, ao lado de onde ficam as impressoras. Este quadro est em mau estado de conservao, com conexes ruins, diversos circuitos ligados diretamente no barramento, sem a proteo de disjuntor. No h disjuntor geral no quadro, os cabos e dispositivos no esto dispostos de maneira adequada. As patologias, mais comuns, encontradas so "gambiarras" nas instalaes eltricas, estas podem ocasionar curto-circuitos na rede eltrica, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaoes e Tópico eTestes Eltricos.

5.4-No foi possvel detectar visualmente a existncia do barramento de neutro nem do barramento terra nos dois QDCs existentes no hall do prdio administrativo, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaoes e Tópico eTestes Eltricos.

5.5-Dos quadros de distribuies:foi vistoriada uma caixa de passagem eltrica ao lado do prdio administrativo, foi conectado o cabo de neutro do circuito eltrico que alimenta o sistema de monitoramento em um dos cabos que se encontrava nessa caixa. Nesse cabo havia duas derivaes, indicando uma gambiarra, ento o neutro pode no funcionar adequadamente o que poderia acarretar em queima de equipamentos, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaoes e Tópico eTestes Eltricos.

5.6-A caixa de passagem eltrica se encontra em mau estado de conservao, haviam muitos cabos com emendas ruins e com mais de uma derivaao. A caixa estava quebrada e sem a devida vedao, contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaoes e Tópico eTestes Eltricos.

5.7-A contratada no obedeceu as normas tcnicas estabelecidas na NBR5410 5.1(medidas de proteo contra choques eltricos), 5.2(medidas de proteo contra efeitos trmicos), 5.4.2.1 (proteo contrasobretenses transitrias em linha de energia) 4.2.5 (diviso da instalao),contrariando vedao expressa doTermo de Referncia anexo II tpico 4-Normas Tcnicas e Recomendaoes e Tópico eTestes Eltricos.

Os supostos ilcitos administrativos enquadram-se nos incisos VI do art. 3, e nos incisos I e VI do art. 4 da Resoluo N. 49 GAB. SEAP, sendo puniveis com as sanes administrativas previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Federal n. 8.666/1993 e no artigo 7 da Lei Federal n. 10.520/2002. Para tanto, CONVOCA-SE, desde j, a Comisso Processante Permanente da SEJUSP - CPP para instruo, processamento e concluso de todo o procedimento, conforme Resoluo SEAP n 001, de 13 de fevereiro de 2017.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

Ana Luisa Silva Falco

Subsecretria de Gesto Administrativa, Logstica e Tecnologia

(*)Assinado eletronicamente em 30/12/2022

12 1737098 - 1

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA exonerar, a pedido, nos termos do artigo 106, alínea "a", da Lei n. 869 de 5 de julho de 1952, os servidores relacionados, ficando os mesmos cientes da necessidade de procurar a Diretoria de Pagamentos, para regularizar possíveis pendências em sua situação funcional: MASP 1.229.041-7 ALINE DO CARMO LUIZ, do cargo de provimento efetivo de Agente de Segurança Penitenciário, Nível I, Grau B, a contar de 02/01/2023.

MASSP 1.136.009-6 ANDERSON SCHULTZ VIEIRA, do cargo de provimento efetivo de Agente de Segurança Penitenciário, Nível II, Grau C, a contar de 29/01/2018.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

12 1736647 - 1

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na Modalidade Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Antonio Marcos Gonçalves da Silva/Fazenda Galheiros Gleba 01- Culturas anuais, semperperenes e perenes, silvicultura e cultivos agressivopastoris, exceto horticultura - Formoso/MG.Processo 50/2023.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na Modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo indeferimento:

1) Ademir Costa Campos/ Fazenda Sumidouro ou Salto - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Arinos/MG. Processo: 51/2023. Motivo: Impossibilidade Técnica.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

12 1736826 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, em cumprimento à decisão proferida nos autos de nº 5275758-35 2022.8.13.0024, referente ao mandado de segurança impetrado pela Mineração Fleurs Global Mineração Ltda. ante à Justiça de Primeira Instância da Comarca de Belo Horizonte, conforme motivações expressas nos autos do processo administrativo nº 1370.01.0038821/2020-94, restaura a vigência do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 23/02/2022 com o referido empreendimento por meio da expressa menção ao cancelamento do ato de anulação realizado no dia 05/01/2023, pág. 4.

(a) Daniel dos Santos Gonçalves - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana

12 1737088 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

1) Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC2) - Licença de Operação (LO): "Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A - Linhas de transmissão de energia elétrica - Araxá, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte, Perdizes, Santa Juliana, Uberlândia e Uberaba/MG, PA/ Nº 57/2023 - Classe 4.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

12 1737141 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Bautek Metais Industriais Ltda., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Poços de Caldas/MG, Processo nº 4198/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES: 2. Irmãos Mota Mineração Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Itajubá e Maria da Fé/MG, Processo nº 4152/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES: 3. COPASA - Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Sede Cabo Verde, Estação de tratamento de esgoto sanitário, Cabo Verde/MG, Processo nº 3776/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público o arquivamento do processo abaixo identificado: - Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS: 1) Município de Lambari, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Lambari/MG, PA SLA nº 4199/2022, Classe 2. Motivo: Não atendimento a informação complementar.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1. Amparo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística, Santo Antônio do Amparo/MG, Processo nº 4238/2022, classe 2, Motivo: Insuficiência técnica.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

12 1737066 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

- LAC 1 (LP+LI+LO): 1) Abatedouro Cruzeiro Celeste Eireli, Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muare, etc); Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc), João Monlevade/MG, PA/Nº 42/2023, Classe 4.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que foram Deferidos os Requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

1)Alteração de titularidade, LAS RAS, Elyzio José Ferreira/Fazenda Turmalina, CPF ***.682.***-72, Criação de bovinos, bubalinos, equínos, muare, ovinos e caprinos (em regime extensivo), Frei Inocência/MG, PA nº 12053/2004/002/2019, Classe 3, válida até 26/10/2029, para o novo titular Wilson Ribeiro Antunes Filho/ Fazenda Turmalina, CPF ***.828.***-03. 2) Alteração de titularidade, LAS CADASTRO, Denisy Oliveira Mota – Laticínios, CNPJ 33.720.812/0001-60, Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Nova Módica/MG, LAS CAD 70354284/2019, Classe 2, válida até 29/07/2029, para o novo titular Laticínio YR Ltda., CNPJ 47.946.091/0001-16.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro torna público o arquivamento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAC 1 (LP+LI+LO): 1) Aldeia Granitos Ltda., Lavra a céu aberto – Rocas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Mutum/MG, PA/Nº 2652/2022, Classe 4. Motivo: falha nas informações que instruem o processo administrativo.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Leandro *** Ferreira - CPF: 050 ***-82, Alessandro *** Ferreira - CPF: 012 ***-06, Francisco *** Ferreira - CPF:013 ***-47 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo. - Carai/MG - PA/Nº: 4517/2022. 2) REMAC Participações Ltda/Fazenda Cachoeira - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo. - Malacacheta/MG - PA/Nº: 7/2023. 3) Marmoraria Pratiana - Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração. - São Domingos do Prata/MG - PA/Nº: 10/2023. 4) Mecânica Mariz Dias Industrial Ltda - Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de treifados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, sem tratamento químico superficial, exceto móveis. - João Monlevade/MG - PA/Nº: 20/2023. 5) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido. - São João Evangelista/MG - PA/Nº: 35/2023.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

12 1737033 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

Presidente: Renato Teixeira Brandão

EXTRATO DA PORTARIA FEAM Nº 691, DE 12 DE JANEIRO DE 2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Processado: G.R.C., Masp 1.255.531-4. Comissão Processante: Presidente: Mariana Ferreira da Costa Ramos Roessberg, Masp 1.378.322-0. Membros: Matheus Ebert Fontes, Masp 1.367.442-9, e Luciana Fortes Bontempo, Masp 1.378.200-8.

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2023.

Renato Teixeira Brandão – Presidente – FEAM.

12 1736753 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

PORTARIA IEF Nº 04, DE 12 DE JANEIRO DE 2023. Altera o art.1º da Portaria IEF nº 138, de 24 de julho de 2008, que reconhece como Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN Horto Alegria, situada no município de Mariana - Minas Gerais e dá outras providências.

A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, no Decreto nº 39.401, de 21 de janeiro de 1998, na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto Federal nº 5.746, de 5 de abril de 2006,

CONSIDERANDO que houve correção da averbação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Horto Alegria, sendo que houve averbação de parcela da RPPN na matrícula 17.212;

RESOLVE:

Art. 1º–O artigo 1º da Portaria IEF nº 138, de 24 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – Reconhecer, mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, a área de 1.064 hectares, denominada RPPN“Horto Alegria”, situada no município de Mariana, Estado de Minas Gerais, de propriedade da VALE S.A., cujo imóvel encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mariana, sob as matrículas de números 10.034 e 5.746, de 5 de abril de 2006.

Art. 2º–Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora-Geral do IEF

PORTARIA IEF Nº 05, DE 12 DE JANEIRO DE 2023. Dispõe sobre a Recondução do Conselho Consultivo da APA Estadual Vargem das Flores, instituído pela Portaria IEF nº 02, de 21 de janeiro de 2021.

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, RESOLVE:

Art.1º- Reconduzir o Conselho Consultivo da APA Estadual Vargem das Flores, instituído pela Portaria IEF nº 02, de 21 de janeiro de 2021, por mais um período de 02 (dois) anos.

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 12 de janeiro de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora Geral do IEF

PORTARIA IEF Nº 06, DE 12 DE JANEIRO DE 2023.

Disciplina a Doação de Mudas e Insumos pelo IEF.

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS- IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 14 do Decreto nº 47892, de 23 de março de 2020, a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016; o Decreto 48.127 de 26 de janeiro de 2021; com base na Lei nº 2.606, de 5 de janeiro de 1962, alterada pela Lei nº 8.666, de 21 de setembro de 1984; com respaldo na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013.

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinamento da doação de mudas e insumos pelo IEF;

CONSIDERANDO a necessidade do estabelecimento de prioridades e de adequação dos procedimentos de doação de mudas e insumos, para melhor atendimento da legislação vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização do controle de produção e distribuição de mudas e insumos, RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º- Esta Portaria tem como objetivo disciplinar a doação de mudas e insumos pelo Instituto Estadual de Florestas.

Art. 2º- Para os efeitos desta resolução conjunta, entende-se por:

I - Programa de Regularização Ambiental (PRA): o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental, conforme definição contida no Decreto Federal 7.830 de 17 de outubro de 2012.

II - Áreas de Preservação Permanente – APP: a área, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas conforme definição da Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012.

III – Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade, conforme definição contida na Lei nº 20.922 de 16 de outubro de 2013.

IV - Módulos Fiscais: unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1